



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 16ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2015.

PRESIDÊNCIA: Vereador ANDRÉ ROGÉRIO BARBOSA

SECRETARIA: Vereador LUIZ FRANCISCO FONTES

APROVADO
Bot. 04/10/2015
PRESIDENTE

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, às 21 horas e 44 minutos, na sede do Poder Legislativo, situado à Praça Comendador Emilio Peduti, nº 112, Edifício “Vereador Abílio Dorini”, sob a Presidência e a Secretaria dos Vereadores acima citados, foi realizada a 9ª Sessão Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª. Legislatura da Câmara Municipal de Botucatu. Fizeram-se presentes no Plenário “Vereador Laurindo Ezidoro Jaqueta”, os seguintes Vereadores: Curumim, Carlos Trigo, Valmir Reis, Carreira, Fernando Carmoni, Izaias Colino, João Elias, Lelo Pagani, Fontão, Reinaldinho e Rose lelo. Com a presença da unanimidade dos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente instalou a presente Sessão Extraordinária, que foi convocada em respeito à solicitação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal. Deu-se início à apreciação dos Projetos: 1) Projeto de Lei Complementar nº. 14/2015 – de iniciativa do Prefeito Municipal – que dispõe sobre alterações das Leis Complementares nºs 1.061/2013 - Plano Plurianual - período de 2014 a 2017 e 1.119/2014 - LDO exercício de 2015, para suporte orçamentário ao projeto de lei complementar que dispõe sobre alteração do quadro de pessoal. Referido projeto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade dos vereadores. 2) Projeto de Lei Complementar nº. 15/2015 – de iniciativa do Prefeito Municipal – que altera o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e dá outras providências. Pela ordem, a vereadora Rose lelo pediu para que alguns anexos da propositura fossem destacados e votados em separado. Pela ordem, o vereador Izaias Colino, como líder da bancada do PSDB, fez encaminhamento e solicitou a seus pares para rejeitar a solicitação da vereadora Rose lelo. A solicitação de destaque da vereadora foi colocada em votação e rejeitada pela maioria dos vereadores recebendo votos favoráveis apenas da vereadora Rose lelo e do vereador Carlos Trigo. Pela ordem, a vereadora Rose lelo pediu a verificação de votação onde se confirmaram 8 votos contrários e 2 favoráveis. Fez uso da palavra a vereadora Rose lelo sendo aparteada pelo vereador Carreira. Em seu discurso, a vereadora Rose lelo pediu que sua fala e declaração de voto fossem transcritas na íntegra. *“Bom, sobre esse projeto de lei, primeiramente, eu vou dar uma resposta ao vereador Izaias que fez um encaminhamento como líder do PSDB, aos companheiros do PSDB e aos demais vereadores da base aliada, inclusive o LeloPagani que votou a favor da derrubada do meu pedido...eu consultei o Jurídico da casa né....então, meu pedido de declaração de voto...do meu destaque... então, fui orientada desta forma...então, se houvesse algum vínculo do primeiro projeto de recursos orçamentários a esse e estivesse prejudicado, tenho certeza que o Jurídico e a Diretora teriam me informado como o fez no segundo projeto...então...(VEREADOR IZAIASCOLINO PEDE APARTE)....depois eu permito ao final...então, não tem cabimento a intenção de Vossa Excelência...bom, é o seguinte...vamos lá...infelizmente o prefeito mandou para*



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



a câmara esse projeto de lei de nº 15 que está fazendo alteração de quadro de pessoal da prefeitura e o que que é infelizmente? Infelizmente só referente aos cargos de comissão que está junto com outros dispositivos, né...então...ele fez um bloco de dispositivos para votar tudo junto, por isso que eu pedi para votar em separado e foi negado pelos senhores vereadores, com exceção do Carlos Trigo...então, essa alteração de cargo de pessoal com diversos dispositivos de alteração que vai desde a criação de novas vagas para concurso público na qual sou favorável a criação, porque funcionário público concursado...você dá prestação de serviço...é...para nossa população...também nesse projeto a criação de função gratificada que é para funcionário concursado, ou seja, aquele funcionário concursado assume uma responsabilidade maior, numa função gratificada, portanto uma remuneração maior. Também cria nesse projeto novas secretarias, as de agricultura que antes era subordinada a secretaria de desenvolvimento, uma subsecretaria, agora ela passa a ser secretaria de fato, né...também é criada a Secretaria de Políticas de Inclusão onde trata diversas questões...inclusive dos jovens, hoje eu fiz um requerimento pedindo a criação do Conselho da Juventude, um estatuto já sancionado pela Presidenta Dilma já faz alguns anos e aí já é o terceiro requerimento...já essa secretaria vai atender a política da juventude, também a política da mulher, do idoso, do portador de deficiência...então, acho importante essa secretaria de políticas de inclusão. E também colocou junto nesse projeto, também outros departamentos que estão sendo criados e o que eu disse infelizmente, colocar junto nesse projeto as alterações de cargo em comissão...Porque?...esses cargos de comissão foi atacado no ano passado por ação direta de inconstitucionalidade, pelo ministério público, e aí...ano passado o prefeito já mandou uma lei para a câmara para alterar esses cargos porque o procurador da justiça dizia que os cargos estavam em denominação de coordenador, de encarregado, de chefia, estavam equivocados e naquela oportunidade foi passado a esta câmara e fez alterações para assessores então todos aqueles cargos de chefia passou a ser assessores...e com aquela lei aprovada na Câmara, somente com votos contrários meu e do vereador Carlos Trigo, porque os demais vereadores votaram favorável, Projeto de Lei nº 30, de 15 de julho de 2014, então aqueles cargos sofreram alterações e aquelas nomenclaturas e com aquela lei aprovada, o prefeito fez a defesa na justiça, no ministério público, naquela ação de inconstitucionalidade...pois bem, provavelmente como não veio para nós a resposta do ministério público, a justiça não acatou e eu vendo no Jornal Acontece de hoje tá dito lá que pela justiça foi uma forma de fraudar...é...dessa forma...fraudar o processo naquela oportunidade quando se aprovou aquela lei e quando eu fiz meu relatório eu disse que estava tão confusa a situação, mudando a nomenclatura e atribuições, que no meu ponto de vista era uma tentativa de ludibriar e escrevi isso no meu relatório, e mandei para o ministério público, e acredito que foi isso que entendeu dada a reportagem de hoje que está no Acontece e ainda a justiça fala que a câmara é co-responsável com a lei que foi aprovada...então senhores vereadores existe uma certa responsabilidade ...nós temos que estar atentas...porque não pode vir os projetos e aí vamos votando, votando sem se aprofundar no que vem para a gente votar né...e as informações necessárias. Pois bem, é...e ainda um considerando que esses cargos de confiança novamente tá voltando né...nesse projeto de lei. Porque? Era coordenador, era encarregado, não podia o ano passado...vamos transformar em assessor. Agora o ministério público não aceitou, então, agora não pode assessor, então, vamos mudar...então agora estão sendo mudados esses cargos e há uma



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



vasta nomenclatura e formas que o executivo adotou desde a criação dos departamentos, criando cargos como diretor, assessor de gabinete um, assessor de gabinete dois...até criou-se o departamento de gabinete. Fazem 6 anos que a atual administração está no governo e nunca se teve na reforma administrativa a criação do gabinete do vice-prefeito, então agora tá criado o gabinete do vice-prefeito para criar o cargo de assessor do vice-prefeito, sendo que prefeito e vice-prefeito são eleitos conjuntamente e toda a administração e estrutura do gabinete do prefeito tem que servir os dois, prefeito e vice-prefeito, então agora vamos aumentar...cria-se o departamento e o assessor do vice-prefeito. Então, esse é um dos exemplos que também estou enxergando difuso...essa situação que está colocando os cargos em confiança, tendo a referência dos cargos que são os mesmos que foram mudados no projeto de lei do ano passado e que, provavelmente, não foi acatado, por isso, está voltando para mudar de novo...eu pedi destaque para poder ser contra esses cargos de confiança...pois bem, então é....eu sou favorável que haja vagas para concurso público, sou favorável às secretarias que citei aqui, sou favorável aos cargos em função gratificada para funcionários concursados, mas sou contra esses cargos de comissão da maneira que foi colocado aqui...(VEREADOR CARREIRA PEDE APARTE)...dou um aparte vereador....**VEREADOR CARREIRA:** Nobre vereadora, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de vossa excelência, mas não posso concordar com o aumento dos cargos em comissão como vossa excelência proferiu agora há pouco. Só de dar aumento de 11% que hoje é do quadro de funcionários de carreira, elevar em 20%, já é uma redução substancial dos cargos em comissão pelo senhor prefeito e alguns destes cargos foi mencionado pelo próprio ministério público em conversa com o prefeito e dois assessores, então quero acreditar que essa conversa foi uma conversa de alto nível, uma conversa para sanar pendências e o projeto mencionado no Jornal que a senhora faz referencia, quero parabenizar o jornal....(PRESIDENTE CURUMIM AVISA QUE O TEMPO DO APARTE ACABOU)....**VEREADORA ROSE IELO:** Bom, olha vereador, eu acredito que os senhores também quiseram acreditar na votação que foi feita lá para alterar em 2014. (VEREADOR CARREIRA PEDE MAIS UM APARTE)...eu acredito que vocês também quiseram acreditar mesmo eu tendo argumentado e fazendo o relatório que fiz e hoje, nós estamos vendo a justiça dizer que houve uma fraude naquela oportunidade e a câmara votou aquele projeto favorável, contra o meu voto e do vereador Carlos Trigo, então, não posso nesse momento querer acreditar de novo e votar e depois o processo chegar de novo no ministério público porque terá que apresentar e houve situações que eu não quero participar, como foi constado que estava equivocado o projeto votado no ano passado, então, eu fico indignada, sou favorável a vagas em concursos públicos, as funções gratificadas, porém, me manifesto contra os cargos em provimento...em comissão... e quero deixar registrada a minha indignação ao Poder Executivo em anexo juntamente com os outros dispositivos para votação em bloco e também manifesto indignação aos senhores vereadores de negar em deliberar para que pudéssemos votar em separado os cargos em comissão...que está no regimento....é um direito, mas os senhores tem que deliberar e sem argumentação nenhuma vocês não deixaram que votássemos em separado para que eu tivesse o direito de ser contra esses cargos em comissão, como eu sou. Como estou dizendo do erro que está acontecendo. Se trata de uma ação de constitucionalidade que está sendo discutido, então, eu não estou segura de votar nesse cargos de comissão e eu não quero estar associada a uma imprensa que vai dizer que houve fraude na



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



câmara...eu quero sempre votar segura naquilo que vem para esta Casa. Eu sou contra os cargos em comissão. Por isso, eu pedi para votar em separado, por isso queria destacar do texto, mas, infelizmente, o projeto de lei veio num pacote só. Vou votar favorável ao projeto de Lei, mas quero deixar registrado que, por conta dos senhores não deliberarem sobre votar em separado, para que eu seja contra, registrado....quero que esta minha fala e declaração de voto que entregarei à mesa constem da ata para o registro dessa câmara. Boa noite". Fez uso, ainda, da palavra o vereador Fernando Carmoni sendo aparteado pela vereadora Rose Ielo. Fez uso da palavra o vereador Lelo Pagani. Referido projeto foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos vereadores. 3) Projeto de Lei nº. 21/2015 – de iniciativa do Prefeito Municipal – que dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e crédito adicional especial de R\$ 4.853.396,37 (quatro milhões oitocentos e cinquenta e três mil trezentos e noventa e seis reais e trinta e sete centavos), visando consignar na Lei Orçamentária as alterações dos anexos constantes no PPA e na LDO, para suporte orçamentário ao projeto de lei complementar que dispõe sobre alteração do quadro de pessoal. Referido projeto foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos vereadores. O Presidente Curumim lembrou os vereadores da solenidade de entrega da Medalha "Reconhecimento Comunitário de Segurança" a integrantes das Polícias Militar, Civil e Guarda Civil Municipal a ser realizada no dia 30 de abril. Nada mais havendo para ser tratado, declarou encerrada a presente Sessão Extraordinária. Eu, Érika Svícero Martins, Assistente Administrativo, lavrei a presente Ata que, se aprovada, será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal _____ Vereador André Rogério Barbosa e pelo 1º Secretário _____ Vereador Luiz Francisco Fontes (Fontão).

esmt